

16/2019

18 de noviembre de 2019

Luís Manuel Brás Bernardino

Uma nova visão geoestratégica da
Comunidade de Países de Língua
Portuguesa. A Identidade da CPLP no
Domínio da Defesa

[Visitar la WEB](#)

[Recibir BOLETÍN ELECTRÓNICO](#)

Uma nova visão geoestratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa

Resumo:

Uma nova visão geoestratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o resultado de um crescimento institucional dentro da Comunidade que une sob o mesmo prisma – a cooperação na área da defesa – os interesses dos nove países que a constituem em que a “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, constitui uma visão de futuro e um olhar para um crescimento da relevância desta Comunidade na relação entre os países luso-falantes e no mundo.

Palavras Chave:

CPLP; Comunidade de Países de Língua Portuguesa; Segurança; Defesa; Cooperação Técnico-Militar.

Cómo citar este documento:

BRÁS BERNARDINO, Luís Manuel. *Uma nova visão geoestratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa*. Documento Marco IEEE 16/2019. [enlace web IEEE](#) y/o [enlace bie³](#) (consultado día/mes/año)

***NOTA:** Las ideas contenidas en los **Documentos Marco** son responsabilidad de sus autores, sin que reflejen, necesariamente, el pensamiento del IEEE o del Ministerio de Defensa.

Introdução

A primeira ideia que se nos ocorre actualmente sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é a de uma organização internacional assente na partilha de uma matriz comum histórico-cultural que aposta no desenvolvimento da cultura e da língua portuguesa, e que vem se afirmando no mundo através da adopção de uma inovadora e pragmática visão político-estratégica para a globalização da cooperação entre estados-membros. Visão esta que na área da “Defesa” se torna mais evidente através das seguintes palavras-chave: mares/oceanos; geopolítica/geoestratégia e cooperação/parceria, pois a partilha de experiências vividas e a comunhão de afectos, muitas vezes citada e proclamada pelo professor Adriano Moreira, sempre norteou os destinos e os objectivos da organização.

Não sabemos se este trinómio virtuoso poderá significar tudo o que a Comunidade tem como projecto identitário próprio e suficientemente pensada num horizonte ideológico próximo, pois que imbuída da necessidade, cada vez mais útil, de fortalecer a concertação político-diplomática, a cooperação estruturada na área da Defesa (bem como em outros domínios) e especialmente a promoção e difusão da Língua Portuguesa, estes continuarão a ser os principais eixos identitários e vectores prioritários da cooperação entre os países luso-falantes.

Creemos contudo não ser possível reflectir, para já, sobre o significado intrínseco da verdadeira cooperação estratégica e o impacto organizacional a partir dos quais se induzirão aspectos fundamentais para se compreender a importância da Comunidade para os seus países, bem como evidenciar uma visão estratégica que na vertente da defesa nos obrigue a abrir os horizontes para os mares e a apostar numa verdadeira cooperação geoestratégica de Defesa. O verdadeiro dilema é saber como se faz? Como tornar a cooperação bilateral do passado, na cooperação multilateral do presente e reflectir sobre a necessidade de ter na Comunidade uma cooperação bi-multilateral para o futuro. Este artigo de opinião procura, numa perspectiva partilhada entre alguns dos melhores especialistas portugueses, ponderar sobre os principais desafios que se colocam à organização e apresentar uma nova visão geoestratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa que resulta da aprovação recente da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa.

O mar como elementos geoestratégico de afirmação na CPLP

Como sabemos, o mar é um elemento permanente da geografia de todos os Estados membros da Comunidade. Foi pelo mar, essa estrada, primeiro misterioso e de aventura e em que os antigos navegadores procuraram os acessos possíveis ao *Hinterland* africano e sul-americano, depois, comercial, científica, cultural, com implicações sociopolíticas e humanas, por vezes, bem dramáticas, que os nossos Estados com continuidades histórico-culturais e linguísticas clarividentes se edificaram, unindo povos originariamente com diferentes credos e culturas, gostos gastronómicos e formas de produção, umas mais avançadas tecnologicamente do que outras.

Foi ainda através do mar, até a um século XX bem entrado, que a amálgama de povos em diferentes continentes e, sob a mesma bandeira e a mesma língua de comunicação entre si forjaram identidades agregando-as, trocaram experiências valorativas (tanto as positivas como as negativas e sem omitir erros ou desatinos do domínio colonial), clarificaram interesses e proporcionaram, mais tarde, já no final da última década do mesmo século XX, o entendimento solidário e de cooperação que abriria o caminho para a edificação de uma identidade colectiva, supranacional, tão específica como a CPLP.

Não é, por esse motivo despropositado lembrar que a Comunidade foi criada por uma decisão de Estados soberanos e surgiu praticamente duas décadas depois do processo que levou à independência das ex-colónias portuguesas desenhando-se - independentemente das continuidades e descontinuidades do desenrolar histórico - numa comunidade lusófona que, apesar de não integrar todo o universo da lusofonia, se orienta para uma inserção global com matrizes culturais, históricas e de afectos comuns.

A CPLP é essencialmente uma comunidade na qual o mar, como vector identitário, tem uma importância inegável pluridimensional e multidisciplinar. E por ser vector identitário une-se aos factores estruturantes da Língua e da História comuns, bem como da gestão da sua preservação e sustentabilidade. É assim uma comunidade de países marítimos que se reparte por três oceanos, ligando mais de 250 milhões de pessoas vivendo em cerca de 10,6 milhões de quilómetros quadrados de terra e usufruindo de 7,6 milhões de quilómetros quadrados de área marítima.

Neste contexto o Oceano Atlântico merece especial destaque porque se trata, por excelência, de um largo corredor marítimo cuja importância recrudescer nos últimos vinte anos por razões geopolíticas e energéticas, unindo os hemisférios sul e norte do globo e vice-versa, abrindo uma janela de oportunidades para que o espaço da lusofonia e da CPLP se afirme como exemplo de cooperação construtiva e de desenvolvimento interdependente e ao mesmo tempo desenvolva uma estratégia securitária em benefício dos Estados membros. Como se sabe, e é hoje um dado adquirido, o desenvolvimento e a segurança são parte da mesma equação. Uma não pode existir sem a outra...

É também e efectivamente neste “mar moreno”, como lhe chama o Professor Adriano Moreira, que se localiza a esmagadora maioria dos países da CPLP¹. Especificamente é no Atlântico Sul que se situam dois terços dos países que a constituem. Seis dos nove Estados membros são países limítrofes Atlântico Sul, o que confere à Comunidade um enorme valor acrescentado² no que respeita a recursos energéticos e às potencialidades estratégicas daí advenientes.

Na verdade, considerada a bacia deste mar ao sul, profundo e vasto abarcando dois continentes mesclados nas suas culturas e verbos, verificamos ainda que é em português que se entendem o Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé. E provavelmente outros países que tiveram recentemente acesso à Organização, quer no âmbito da plena adesão ou simplesmente como observadores associados e estão a procurar desenvolver uma estratégia nesse sentido.

¹ Sete dos actuais estados-membros de pleno direito da CPLP são países situados do Atlântico (Norte e Sul). No caso do Atlântico e porque este já foi sobejamente reconhecido como o mar por excelência da CPLP, e atentas as conhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respectivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova concertação das seguranças marítimas nacionais. Convém não esquecer que as ameaças no mar têm origem em terra e não no mar, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da segurança e da defesa no seio da Comunidade”. In “A CPLP e o Atlântico Sul”, excerto da intervenção do Director do CAE/CPLP, Dr. Francisco Azevedo no VIIIº ENABED, Brasília, 8-10 de Setembro de 2014.

² “...A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no actual sistema internacional e da sua condição de factor de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo...”. In, “A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2006, p. 7.

Mas também é importante destacar desde já que as complexidades e desafios securitários globais - que são marca da actual circunstância e se reflectem no crime organizado, designadamente a pirataria, o tráfico de substâncias psicotrópicas e de pessoas, os conflitos regionais - merecem a atenção e a preocupação dos países da CPLP³, não só pela constatação da necessidade de desenvolverem capacidades de protecção, vigilância e de segurança marítimas, mas também pelo facto de ser inegável e imprescindível que os elementos e instrumentos securitários são matéria de uma vasta e incontornável cooperação bi e multilateral que traduz a interdependência da circunstância global e o acervo de uma colaboração que deve ser aprofundada. Com efeito, o valor e o potencial do mar são hoje, mais do que nunca, equacionados perante o binómio já acima referido do desenvolvimento/segurança dos Estados.

No que respeita à CPLP, sabemos que, além dos 50% das recentes descobertas de recursos energéticos da última década e que se encontram em áreas de influência geográfica de países da Comunidade, urge que cada Estado membro desenvolva capacidades no sector da segurança marítima com impacto bastante para a protecção das suas zonas económicas exclusivas e das suas plataformas continentais, bem como nas áreas de busca e salvamento e que já se encontram sob a responsabilidade, designadamente de Portugal e do Brasil.

Tal como referido pelo Director do CAE, por ocasião do VIIIª ENABED que decorreu em Brasília, de 8 a 10 de setembro 2016, "...a CPLP na sua relação com o Oceano Atlântico impele-nos a compreender não apenas a importância geoestratégica das duas margens (africana e sul-americana) mas sobretudo reconhecer um triângulo estratégico no quadro da CPLP e avaliar a medida de outros interesses que concorrem na região para que se percebam claramente quais as potencialidades deste mar oceano e que tipo de cooperação se pretende a médio e longo prazo. É evidente que num mundo em mudança acelerada, a concentração regional alcança um peso de tal forma decisivo que influi na geopolítica e determina uma estratégia de dinâmicas sujeitas a constantes adaptações...".

³ "...É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria, ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP...". In, "A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa", 2006, p. 4.

No caso do Atlântico, (...) atentas as conhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respectivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova concertação das seguranças marítimas nacionais. Convém não esquecer que as ameaças no mar têm origem em terra e não no mar, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da segurança e da defesa no seio da Comunidade.

A segurança marítima é, pois um factor estratégico de desenvolvimento e com maior acuidade no Atlântico Sul. Os conflitos em determinados Estados africanos têm levado a comunidade internacional a implementar mecanismos de desenvolvimento e segurança que obrigam a intervenções de diverso tipo sob mandato da ONU, da União Europeia e da própria NATO, e cada vez mais "...com maior frequência e intensidade⁴...".

A CPLP como comunidade marítima, necessita de uma gestão sustentada dos seus recursos. Aspecto que não tem sido descurado pela Organização mas cuja evolução e progresso na presente conjuntura se tornam prementes agilizar. Não é demais recordar que em 2007 o Conselho de Ministros da Comunidade determinou que a "...concertação de esforços entre os países da Comunidade no sentido da elaboração de uma visão integrada, com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respectivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional...⁵", fosse devidamente reflectida e implementada. Estavam, pois, lançadas as bases da Estratégia da CPLP para os Oceanos⁶.

⁴ Luís Bernardino, In "A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia", Instituto de Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, nº 128, p. 46.

⁵ Idem. Ver também a Resolução do Conselho de Ministros da CPLP, de 2 de novembro de 2007, XII CM CPLP/PR.9/2007.

⁶ "...A estratégia da CPLP para os Oceanos rege-se por princípios e objectivos transversais aos demais vectores da cooperação no seio da comunidade, nomeadamente pelos princípios de igualdade soberana dos estados membros; do respeito pela integridade territorial; da promoção do desenvolvimento; e da promoção da cooperação mutuamente vantajosa. entre os objectivos da comunidade, contam-se propósitos que podem igualmente ser relacionados com a presente estratégia, como a concertação político-diplomática entre estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença na cena internacional e a cooperação em vários domínios, como por exemplo os da educação, ciência e tecnologia, defesa, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura e desporto...". Luís Bernardino, In "A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia", Instituto de Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, nº 128, pp. 49-50.

Partindo do pressuposto de que os Estados membros da Comunidade já não eram alheios à importância da adesão à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Estratégia da CPLP para os Oceanos, ao basear-se nas políticas nacionais dos Estados membros, teve um objectivo comum de partilha e união e também de tomada de consciência sobre a enorme diversidade das realidades de cada país quanto aos níveis de desenvolvimento, bem como aos aspectos relacionados com a caracterização das respectivas inserções geográficas.

Assinado em Lisboa, em março de 2010 pelos Ministros dos Mar e/ou tutelas, aquele documento reflecte ainda hoje uma excelente oportunidade para uma cooperação multilateral integrada na medida em que tem o mar por objecto e também por instrumento, com base no conceito de desenvolvimento sustentável e da correta gestão dos recursos marinhos. Assim, a Estratégia veio demonstrar a tipificação das acções de cooperação, interdependência e interoperabilidade nos mais diversos segmentos bem como o carácter multidisciplinar de intervenção e, ao mesmo tempo, um sentido de partilha e repartição de tarefas a serem cumpridas pelos Estados membros, incluída a cooperação no domínio da Defesa.

E já é de cooperação que estamos a falar. Ela é o eixo central de toda a orgânica das acções da organização. Está presente em todas as suas vertentes e constitui o vértice em função do qual se move toda a Comunidade. É neste vértice que assenta a análise conjuntural e prospectiva dos paradigmas e desafios globais, funcionando como elemento-motor da interactividade e do juízo assertório na implementação de estratégias e programas de cooperação. Sublinha-se por isso a pertinência e o carácter incontornável da cooperação em geral, no âmbito Comunidade e o seu contributo para a formulação de doutrinas e implementação de iniciativas de interesse comum para os Estados membros.

A cooperação da CPLP no domínio da Defesa é, como se sabe, um subsistema da cooperação geral da Comunidade. Com base na recomendação dos Ministros da Defesa de Portugal e dos PALOP, de julho de 1998, iniciaram-se as actividades nesta componente, tendo o Brasil ainda, numa primeira fase, mantido o estatuto de observador acabando por se assumir apenas como membro de pleno direito cerca de três anos mais tarde. Com efeito, os ministros estavam então conscientes do valor e importância que a cooperação técnico-militar portuguesa possuía, a nível bilateral, com os Países Africanos

de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que no entendimento comum e, ao mais alto nível, foi considerada a “vertente primordial da relação fraterna que se” vinha “renovando e fortalecendo entre os respectivos países e as suas Forças Armadas”. Nesse sentido, “decidiram enveredar por uma nova fase desta cooperação, alargando-a, em determinados domínios, a um novo conceito de globalização”. Nascia assim o Conceito de Globalização da Cooperação Técnico-Militar (CTM).

A cooperação militar no seio da Comunidade

Através do apuramento dos resultados positivos da Cooperação Técnico-Militar bilateral de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que, em determinado momento do seu patamar evolutivo, permitiu que se globalizasse aquela experiência partilhando-a entre os Estados membros, foram então identificadas “novas áreas de cooperação a serem concretizadas numa perspectiva globalizante”, figurando entre outras a “...criação de um Centro de Análise Estratégica, com sede em Maputo e núcleos em cada um dos países, fomentando-se uma maior e melhor consciencialização dos assuntos e matérias naqueles domínios...”⁷, bem como um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) que seria acolhido em Lisboa.

O Acordo sobre a Globalização da Cooperação Técnico-Militar que viria a ser assinado pelos Ministros da Defesa dos Estados membros em 25 de maio de 1999, na cidade da Praia, fez com que a componente de defesa da Comunidade evoluísse para a consolidação dos seus Órgãos estruturantes que mantiveram e têm mantido, até à presente data, a sustentabilidade de iniciativas e actividades de carácter já incontornável no quadro de uma cooperação estratégica estruturada a benefício de todos e em função do objectivo global de “...promover e facilitar a cooperação (...) sistematizando e clarificando as acções a empreender...”.

Constituiu-se assim uma estrutura dinâmica com base nos seguintes Órgãos estruturais: O Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD); as reuniões de CEMGFA; as reuniões de Directores Nacionais de Política de Defesa; as reuniões de Ministros da Defesa da CPLP. Seria ainda criado para funcionar como órgão da componente de Defesa da Comunidade para pesquisa, estudo e difusão de

⁷ Estava dado o mote para a criação do CAE CPLP

conhecimentos no domínio da estratégia com interesse para os objectivos globais dos Estados membros o Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP). Esta caracterização simples e pragmática contida, regra geral, nos normativos pertinentes, engloba, no entanto, uma multiplicidade de vectores que explicam não só a génese mas também o contexto em que se gerou a ideia da criação do CAE/CPLP, bem como as valências e meios que assistiram à sua constituição. Outras iniciativas viriam a constituir-se e consolidar-se, designadamente os Exercícios FELINO, a Conferência das Marinhas da CPLP e o Fórum de Saúde Militar.

Um aspecto que, no entanto, importa sublinhar nesta componente da cooperação em defesa da CPLP os normativos jurídico-políticos respectivos. Na verdade, o quadro jurídico-político dos Órgãos e iniciativas acima referidas foram, como se sabe, em primeiro lugar, político e depois jurídico na medida em que a prática e o seu exercício funcional careceram de imediato da legitimidade que só o nível político poderia anuir, através das declarações finais da reunião de ministros recomendando as acções bem como o direccionamento dos projectos a implementar e dando assim espaço para que cada uma das componentes ou níveis se articulassem entre si. E o quadro legal seria criado *a posteriori* adequando-o à realidade conjuntural.

Esse quadro legal acabaria por ser aprovado pelos Ministros da Defesa na cidade da Praia – Cabo Verde, em 15 de Setembro de 2006. Refiro-me ao Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa e que é actualmente o documento-quadro com base no qual se rege a cooperação dos Países da CPLP neste domínio. Estando já ratificado pela maioria dos Estados membros, não se encontra ainda em vigor, em virtude do seu Artigo 15º estabelecer que aquele instrumento só “...entrará em vigor após a conclusão das formalidades legais, por parte de cada um dos Estados membros...”.

Contudo, sem perder de vista a natureza e o sentido para o qual foi criada a componente de Defesa da Comunidade, é no Artigo 4º do Protocolo que se consubstanciam algumas linhas orientadoras, identificadas pela solidariedade entre os Estados membros, a sensibilização das comunidades nacionais sobre a importância e o papel das Forças Armadas de cada um dos nossos países na defesa da sua nação, a troca de informações, diria mais ousadamente, a partilha de informações que visem reforçar a defesa dos nossos países à luz das ameaças e desafios do entorno global, a formação militar, o prosseguimento dos exercícios FELINO, o desenvolvimento de sinergias para

o reforço do controlo e fiscalização dos espaços marítimos de cada um dos nossos países e outros como o fórum de saúde militar, a conferencia de marinhas e outras acções que possam reforçar a afirmação da componente de defesa da comunidade.

No entanto, e apesar desta restrição legal, o articulado do Protocolo consagra e reconhece a necessidade de estreitar a cooperação no domínio da Defesa, sendo a paz, a segurança, a defesa e as boas relações políticas factores primordiais para uma cooperação frutuosa e proactiva, capaz de impulsionar o estreitamento dos laços de solidariedade entre cada um dos Estados membros, projectando a Comunidade como uma organização de paz e de cooperação para a segurança, defesa e desenvolvimento. O que significa que a CPLP tem vocação natural para ser parceira com outras organizações de acções e iniciativas conjuntas, em benefício e de interesse comum. Estamos cientes de que uma cooperação aprofundada com a ZOPACAS, por exemplo, bem como outras organizações regionais no entorno do Atlântico (Norte e Sul) deve ser vista como um exercício salutar de construtivismo e a favor do desenvolvimento sustentado.

Das reflexões que entretanto foram sendo feitas sobre o Protocolo resultaria, oito anos depois, a recomendação dos Ministros da Defesa dos Estados membros, na XVª reunião realizada em Lisboa, em 26 de maio de 2014, para que a componente de defesa fosse dotada de um mecanismo de cariz orientador e conceptual, capaz de dar sentido às iniciativas e à cooperação multilateral neste sector. Tratava-se de elaborar um novo instrumento estruturante e também otimizador das sinergias da cooperação e que veio a ser designado por “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”. Aquele documento foi aprovado em 26 de maio último, na cidade de São Tomé e já foi endossado no último Conselho Ordinário de Ministros da CPLP, realizado em Díli, em 24 de Julho de 2015.

A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa

Sobre a Identidade da CPLP no domínio da Defesa, importará realçar, ainda que brevemente, o carácter inovador do mesmo. O documento não só reúne os conceitos fundamentais que envolvem a geopolítica e o entorno global dos Estados-membros, e naturalmente o Atlântico Sul e Norte mas também, pretende ser, do ponto de vista conceptual, a matriz fundamental da componente de defesa.

No vazio da existência ainda de um conceito estratégico da CPLP, aquele documento chama a atenção para a importância das entidades colectivas, o que as une, o que as agrega, clarifica e orienta, sendo que no caso da defesa serão os interesses comuns neste sector que potenciam a cooperação em diferentes domínios, maximizando respostas comuns. E este princípio aplica-se obviamente ao universo da cooperação que se pretende para o segmento securitário dos estados membros no Atlântico Sul. Além disso, identifica a matriz identitária da CPLP com base na Declaração Constitutiva e no actual Estatuto da Comunidade apontando para o seu vértice fundamental, a cooperação.

Mas é evidente também a necessidade do enquadramento do contexto estratégico da comunidade e esse aspecto surge bem visível no ponto 2 do texto, onde se identificam algumas dinâmicas de insegurança e de segurança no espaço da lusofonia. Donde resulta a exigência de abordagens e capacidades não só multissectoriais mas também multilaterais. Também a inserção regional dos países da CPLP deve ser vista - e o documento incide nesse vector - como uma mais-valia para a comunidade, na medida em que impulsiona o aprofundamento da cooperação intra-CPLP.

O ponto 3 identifica os valores comuns e interesses da CPLP no domínio da Defesa e, embora não o fazendo de uma forma exaustiva, fá-lo de uma forma clara e com base, uma vez mais, nos princípios gerais e objectivos da Organização e em função da circunstância conjuntural, ou seja, vistos numa perspectiva dinâmica que envolvem os valores designadamente culturais (caso da língua portuguesa), os valores humanistas e os da democracia e direitos humanos; e vê na concertação político-diplomática um instrumento fundamental para salvaguarda de interesses comuns, tal como na cooperação a alavanca fundamental do multilateralismo construtivo ou aberto. E porque é de cooperação e do seu potencial que se fala como o principal referencial deste documento, o sector militar é referido como um dos melhores exemplos do espírito cooperativo e da interactividade humana e cultural.

Destaca-se também a condição ribeirinha de todos os Estados membros da CPLP e que acima já assinalei bem como o potencial estratégico do mar, dos seus recursos e da sua importância geopolítica no contexto global. O mar é a maior janela de oportunidades para a Comunidade. E temos de a aproveitar de uma vez por todas. O documento é, aliás explícito nesta matéria e, como sabemos: "...a condição ribeirinha/marítima de todos os

Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no actual sistema internacional e da sua condição de factor de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo...⁸”.

Mas a CPLP representa ainda no sector de Defesa um significativo potencial de dissuasão e que também deve ser desenvolvido no contexto securitário do Atlântico (Sul e Norte). Nesse aspecto, as diferentes e diversas iniciativas multilaterais, vistas à luz dos atuais desafios – e que também se encontram referenciados no texto sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, assumem uma importância incontornável. Trata-se de cooperar nos domínios da formação – o que inclui educação, treino, capacitação e valorização das forças; partilha de informação estratégica relativa a ameaças e desafios que se impõem aos Estados membros e que cada vez mais não é possível enfrentar sem uma cooperação ativa e multilateral e partilha de tecnologias, logísticas materiais que racionalizem custos e meios e ao mesmo tempo confirmem capacidade de dissuasão e melhor defesa e segurança aos Estados membros perante os desafios e a rápida evolução tecnológica a que assistimos no mundo global.

Relativamente aos pilares da identidade da CPLP no domínio da defesa, o texto sintetiza as linhas de acção da Comunidade nesta componente, assentando-os na questão dos valores e interesses comuns aos países da CPLP; na mobilização cooperativa (cooperar é a palavra de ordem); no aproveitamento das sinergias que advém da idiosincrasia da organização no domínio da defesa; na acção do instrumento militar e da cooperação daí resultante. cremos, no entanto, que mais do que cooperar, a palavra de ordem para uma cooperação multilateral frutífera da Comunidade, tal como ela transpira do documento sobre a identidade da CPLP no domínio da Defesa, é partilhar conhecimento, formação, tecnologias, desafios e principalmente resposta às ameaças.

E ao falarmos de partilha estamos a falar de interactividade assumida como interoperabilidade e que parece, nesta perspectiva ser o verdadeiro desafio que se impõe

⁸ In, Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, p. 7.

à CPLP no quadro de uma nova geopolítica, de uma nova geoeconomia e por consequência, de uma nova geoestratégia que emerge como resposta premente a essas grandes ameaças globais, o terrorismo, expressamente o terrorismo militante, a pirataria e a guerra cibernética.

O documento sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa termina com um apelo à vontade e empenho políticos para materialização de acções concretas. E este é quanto a nós, o ponto fulcral do sucesso de qualquer cooperação. Com efeito, os ingredientes da cooperação integrada e interactiva já se encontram expressos nos documentos acima referidos, afigurando-se necessário o seu aprofundamento e a efectiva operacionalização. Daí que se torne premente o empenho político ou a vontade decisora das instancias superiores da comunidade para que a cooperação bi e multilateral se desenhe como resposta coerente e efectiva aos desafios da presente conjuntura e às ameaças globais que todos enfrentamos, especialmente num momento em que se assiste a uma alteração global e profunda dos paradigmas securitários. Aqueles oriundos do período do final da guerra fria já parecem não se coadunarem com as respostas que todos teremos de dar. Paradoxalmente, estamos perante um mundo desafiante com forças e elementos que contrariam os princípios gerais das sociedades abertas e democráticas para subverterem, a partir de dentro, a ordem de valores estabelecida.

Não é, pois, de surpreender que perante a crescente conflitualidade, principalmente aquela que utiliza como principal instrumento o factor ideológico-religioso, a prospectiva ideológica desenhada, há duas décadas, por Samuel Huntington sobre o choque de civilizações⁹ se apresente como um cenário plausível para não dizer estarrecedor. Mas é também no seio deste “caos organizacional” que parece persistir na “ordem mundial” que emergem sinais positivos, diria optimistas, fundamentados no princípio da cooperação construtiva e do multilateralismo cooperativo e que, tal como referi acima, ainda que sucintamente, tem raízes. Com efeito, foi no contexto da erosão do mundo bipolar que a CPLP emergiu tendo como matriz primacial e originária o património comum da Língua Portuguesa, a sua defesa, promoção e valoração no contexto global.

A globalização, como instrumento de um mundo aberto, secular, e integrador, permitiu (ou pelo menos não terá acautelado devidamente) que os seus mecanismos pudessem

⁹ Samuel P. Huntington, In “O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial”, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1997.

ser utilizados por interesses obscuros eivados, digamos assim, de ligações perigosas por não se lhes conhecer sede própria nem território sustentável. Refiro-me aos chamados poderes erráticos de que já falava o Professor Adriano Moreira e, que na circunstância atual, atingem o paroxismo da não lógica e da irracionalidade a coberto de variantes ideológicas onde, por exemplo, o binómio religião/política se transformou num mecanismo letal de destruição de valores e culturas. Por via da globalização, também se despertaram sentimentos étnicos e nacionalistas adormecidos que correspondem muito mais a interesses económicos camuflados do que a ideologias cuja militância é discutível.

Na verdade, e se pudermos recuar um pouco, pelo menos até ao final da primeira metade do século vinte, verificamos que, depois da segunda guerra mundial, se gerou um processo sistémico de guerras de baixa e média intensidade e de lutas de libertação pela emancipação e independência dos antigos territórios colonizados. Parte desses territórios haveriam de ter como carta de alforria a colaboração ao lado dos vencedores de 1945.

A Conferência de Bandung, que teve lugar em 1955, dez anos depois do término daquele conflito e que ficou conhecida pela "...conferência dos povos mudos do mundo..." (para usar a expressão certa do professor Adriano Moreira) haveria de coroar-se de êxito na revolta contra o eurocentrismo e o euro mundo já de si moribundo por virtude dessas duas guerras civis de impacto mundial que, ainda por cima, se originaram em território europeu¹⁰. A vaga de independências a que deu consistência política foi tão avassaladora como um tsunami e, praticamente, só Portugal resistiu até à primeira metade da década de 70, em virtude de uma política externa de alianças e alinhamentos orientados com base nas decisões do Conselho de Segurança da ONU e no direito de veto dos cinco principais decisores políticos mundiais. Em 1961, porém, haveriam de reunir-se em Belgrado, os chamados povos pobres do mundo, que eram simultaneamente os povos de cor e os antigos colonizados¹¹ e que por causa daquelas características se diferenciaram dos chamados povos ricos do Norte do mundo.

¹⁰ Adriano Moreira, In "De Bandung aos Problemas Norte-Sul". pp. 20-50, pois como se sabe, o capítulo final dessa aventura imperialista europeia seria encerrado, pós-25 de Abril com a independência das cinco ex-colónias portuguesas.

Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/3438/1/NeD35_AdrianoMoreira.pdf

¹¹ Idem.

Talvez valesse a pena referir a profusão de autores e pensadores desde a esquerda mais radical até aos neoliberais eivados de uma visão não de todo economicista que, nas décadas de 60 e 70, pautaram pela visibilidade no seu empenhamento em causas sociais. E não seria de espantar que surgissem à colação nomes de referência da intelectualidade brasileira como Paulo Freire, Darcy Ribeiro ou Josué de Castro inseridos no rol das vozes defensoras do diálogo dos pobres e pela causa pelo desenvolvimento social integral.

Foi a constatação desta assimetria entre o Norte e o Sul do mundo que terá levado os decisores políticos, económicos e religiosos a abordar o desenvolvimento numa perspectiva de cooperação Norte-Sul ou do diálogo Norte-Sul. Estávamos, porém, no seio de um mundo bipolar no qual o neutralismo significava muito pouco para o emaranhado de fidelidades que se estendiam de Washington a Moscovo e pouco mais for a da esfera daqueles dois centros de decisão mundial. No entanto, o conceito de cooperação estava lançado nesse diálogo norte-sul ou diria até que estaria relançado numa outra perspectiva, a do desenvolvimento integral, depois da experiência bem sucedida da criação da CEE resultante do Tratado de Roma de 1957. A erosão que se seguiu do chamado bloco soviético iria por certo alterar a correlação de forças a favor da unipolarização liberal, democrática, com capacidade de reinventar fronteiras (pelo menos na Europa) e globalizar a economia, as sociedades e ainda as tecnologias.

Só que a globalização acabou também por universalizar os desafios e ameaças, parte delas invisíveis (mas com resultados palpáveis) no concerto das nações, como a pirataria informática, a guerra assimétrica ou o êxodo gigantesco de populações deslocadas por conflitos sangrentos, calamidades naturais e/ou até pela repartição de recursos com implicações sociais e culturais dramáticas e as populações a serem obrigadas a abandonar a sua matriz originária buscando acolhimento junto de sociedades cujos valores e formas de estar são, a maioria das vezes, substancialmente diferentes.

Mas se já se vislumbram sinais de alguma distância relativamente ao fim da Guerra Fria e dos acontecimentos que envolveram o 11 de Setembro de 2001, muito maior é a que hoje nos separa de Vestefália e da institucionalização do Estado de Hobbes. E contudo, o conceito de ordem mundial ainda reflecte essa linha estruturante das noções do Estado soberano, territorial, livre de decidir sem interferências nos assuntos internos e concebido

com base num complexo equilíbrio que o Tratado de Viena de 1815 (quase dois séculos mais tarde) impulsionaria para uma outra dimensão, a dos impérios.

O que se afigura paradoxal é que os Estados saídos mais tarde dos diferentes processos de descolonização acabaram por manter a matriz do sistema vestefaliano "...que hoje é global - e a que coloquialmente chamamos de Comunidade Internacional, tem-se empenhado em conter a natureza anárquica do mundo..."¹². Na verdade, enfrentamos uma espécie de caos político que tem resultado em crises financeiras de enormes consequências sociais, ficando com a sensação de que o mundo que conhecemos, desaba aos nossos olhos e nada parece dar sinais de um novo e profícuo restabelecimento de equilíbrios.

A bipolarização da guerra fria, tal como o referi acima, foi substituída pela unipolaridade momentânea, agora posta em causa pela proliferação dos centros de poder e de decisão cuja gestação também parece obedecer àquilo que os internacionalistas convencionaram chamar lei da complexidade crescente da vida internacional¹³.

Verificamos que os Estados (apesar da crise aberta em que o Estado-Nação se encontra) procuram novos fios condutores de coesão, protecção, defesa e promoção do

¹² Henry Kissinger, In "A Ordem Mundial", Edições Dom Quixote, Lisboa, 2014, p.17.

¹³ "...Adaptando o pensamento de Teilhard de Chardin, Adriano Moreira enumera a lei da complexidade crescente nas relações internacionais, segundo a qual a marcha para a unidade do mundo é acompanhada por uma progressiva multiplicação qualitativa e quantitativa dos centros de decisão (divergência) e de uma multiplicação quantitativa e qualitativa das mútuas relações, tudo originando novas formas políticas (grandes espaços) e órgãos supranacionais de diálogo, cooperação e decisão...". Disponível em: http://maltez.info/respublica/topicos/aaetrac/complexidade_crescente.htm. Aquilo que, Adriano Moreira, na esteira de Teilhard de Chardin, qualifica como a lei da complexidade crescente nas relações internacionais, que é acompanhada por idêntica complexidade crescente na reconstrução da polis. Há divergências e convergências que só podem ser superadas, não pelo ecletismo ou pela síntese, mas apenas por aquilo que Chardin qualificava por emergência, por aquela energia que lança para cima e para dentro, na direcção de um estado cada vez mais complexo e mais centrado. Segundo o ensino do Professor Adriano Moreira, há movimentos de convergência mundialista, ao mesmo tempo que se aceleram processos de divergência e de dispersão e dessa complexidade surgem novas formas políticas, desde os grandes espaços aos órgãos supranacionais de diálogo, cooperação e decisão. Dito de outra forma: a planetização dos fenómenos políticos, a marcha para a unidade do mundo, como se nota na existência de uma multiplicação das relações mútuas, acompanha-se de uma multiplicação quantitativa e qualitativa dos centros de decisão. Isto é, as relações internacionais são complexas. E as coisas complexas são precisamente aquelas onde há, simultaneamente, convergência e divergência. A convergência, a planetização dos fenómenos políticos nota-se na marcha para a unidade do mundo, onde problemas como a fome, a explosão demográfica e a domesticação da energia atómica são todos eles indivisíveis. A divergência nota-se na multiplicação das relações internacionais. Se, por um lado, se assiste a uma multiplicação quantitativa (aumentam os contactos através das velhas formas) e a uma multiplicação qualitativa (surgem novas formas de contactos) das relações internacionais, eis que também se dá uma proliferação dos centros de decisão que se manifesta no aumento do número de Estados (cerca de duas centenas), no aparecimento de novas entidades supra-estaduais, bem como no surgimento de Organizações Não Governamentais resultantes da internacionalização da vida privada...". In, José Adelino Maltez [<http://maltez.info>].

desenvolvimento económico e social através da sua integração e aprofundamento estruturante em Organizações Internacionais e Regionais, regra geral, de contiguidade geográfica, impulsionadoras de uma dinâmica de poderes multipolares e nas quais a palavra cooperação (numa perspectiva construtivista e até de *soft power*¹⁴ é primacial e indutora dos novos centros de decisão.

Desta forma equacionamos também a questão da segurança e defesa, ou seja, dos aspectos securitários dos Estados que são parte daquelas organizações e buscam respostas comuns para os desafios e ameaças transnacionais comuns. Gera-se assim a compreensão pela existência das alianças militares regionais, constituindo pactos de segurança e defesa que, embora limitados à partida pelo horizonte geográfico em que se inserem, também poderão actuar além dele, sempre que esteja em causa o interesse e a protecção de qualquer dos membros que as compõem. E neste caso, talvez pudéssemos compreender melhor o novo conceito estratégico de defesa da NATO mas também os mecanismos que estiveram na origem da criação da ZOPACAS ou da UNASUL e que, na nossa modesta perspectiva, já são os medidores e os mediadores do entendimento cooperativo alargado a toda a área do Atlântico Sul. Faltará saber até que ponto estes compartimentos são estanques ou não o serão. Mas isso é questão que extravasa à partida o âmbito da presente exposição.

Em suma, estamos a viver uma conjuntura de grandes desafios e de alteração de paradigmas. Os conceitos e noções que até há bem pouco pareceriam mais ou menos permanentes ou com um grau de estabilidade mais acentuado no contexto das relações internacionais, têm vindo a desmoronar-se dando lugar a novos paradigmas bem diferentes daqueles que resultaram do final da guerra fria.

¹⁴ "...Coined by Nye in the late 1980s, the term "*soft power*" - the ability of a country to persuade others to do what it wants without force or coercion -- is now widely invoked in foreign policy debates. This short book reintroduces the idea and argues for its relevance in forming post-September 11 U.S. foreign policy. Nye argues that successful states need both hard and *soft power* - the ability to coerce others as well as the ability to shape their long-term attitudes and preferences. The United States can dominate others, but it has also excelled in projecting soft power, with the help of its companies, foundations, universities, churches, and other institutions of civil society; U.S. culture, ideals, and values have been extraordinarily important in helping Washington attract partners and supporters. Nye acknowledges the limits of soft power: it tends to have diffuse effects on the outside world and is not easily wielded to achieve specific outcomes. Indeed, societies often embrace American values and culture but resist U.S. foreign policies. But overall, Nye's message is that U.S. security hinges as much on winning hearts and minds as it does on winning wars...". In, Joseph S. Nye, Jr, "Soft Power: The means to success in World Politics", Foreign Affairs, May/June, 2004.

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, se por um lado resultaram de uma evolução que seria previsível ao olhar de alguns, por outro lado marcaram uma rotura epistemológica com o que era por demais conhecido e abriram uma rota de imprevisibilidade que acabaria por acentuar-se dramática e drasticamente no *melting pot* dos cenários a que hoje assistimos, designadamente no Médio Oriente, nalguns países Europeus que anteriormente estiveram sob tutela do poder soviético, no extremo oriente, no continente africano e no próprio continente americano.

A ideia de um poder unívoco que cede o lugar a uma multiplicidade de poderes, fundamentalmente regionais e onde a multipolaridade das decisões é regra para uma cooperação frutífera, pode chocar com as intenções de terceiros limitando geograficamente o que hoje já não parece ou não pode ser limitável, pela natureza das circunstâncias e o envolvimento global dos atores.

O que não nos pode chocar é a certeza de que as diferentes e diversas geopolíticas (sejam do mar, passando pela energia, pelos mercados, pela geoeconomia e pela projecção demográfica ou pelas ameaças transnacionais) estão a gerar novas matrizes que, no seu conjunto, serão determinantes para o futuro da própria humanidade. E por consequência novos paradigmas.

E é com estes elementos que nos parece essencial encararmos a cooperação da CPLP no domínio da defesa. E em jeito de conclusão, salienta-se que na verdade, o Atlântico Sul tem sido até agora uma região que funciona como um corredor aberto e pacífico de acesso aos mercados do Norte geográfico. Mas independentemente do desenvolvimento de capacidades dissuasoras, quer em termos de uma estratégia de defesa regional quer na sua operacionalização, não se pode de forma nenhuma descurar o que se passa no norte do Atlântico sem avaliar as consequências para o sul e vice-versa. A globalização obriga-nos à crescente interdependência e ao reforço da cooperação na segurança internacional no âmbito directo das responsabilidades regionais. O seu cometimento como primeira linha defensiva de qualquer sistema dissuasor parece ser hoje um dado adquirido. Mas não se dirige numa compartimentação estanque. Ao contrário, encoraja dinâmicas pró-activas e uma complexidade de relacionamentos tanto bilaterais como multilaterais.

Por isso, a CPLP, não podendo agir nem como bloco defensivo regional nem como estrutura global de defesa capaz de actuar em qualquer cenário, porque a isso a obrigam a Declaração Constitutiva, os seus Estatutos e nomeadamente o Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, tem no entanto uma vocação universal de protecção e intervenção humanitárias que consubstanciam a sua actuação à resposta aos pedidos de quaisquer dos parceiros em apoio a essas situações e de manutenção de paz no quadro restrito das missões da ONU ou sob sua égide. Aliás, em diversas destas missões de manutenção da Paz das Nações Unidas têm participado forças de países da CPLP, designadamente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal". Só assim fazem sentido os exercícios FELINO, as iniciativas das marinhas da CPLP, o quadro normativo da Estratégia da CPLP para os Oceanos, a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa e fará igualmente sentido, a Nova Visão Estratégica da CPLP.

Conclusões

Para concluir, gostaríamos de realçar um aspecto que releva do texto da Identidade da CPLP no Domínio de Defesa e está relacionado com a questão da interoperabilidade de forças e que poderá aplicar-se no contexto de uma arquitectura de segurança marítima para o Atlântico Sul. Trata-se de um conceito que esteve sempre presente no seio da CPLP, pelo menos, desde a institucionalização dos Exercícios FELINO e além disso emerge dos objectivos específicos da cooperação no domínio da defesa.

Destacaríamos assim neste âmbito a criação de uma plataforma de partilha de conhecimentos em matéria de defesa militar e de segurança marítima e na qual o Centro de Análise Estratégica tem um importante papel a desempenhar e a promoção de uma política comum de cooperação aliada ao contributo para o desenvolvimento das capacidades militares internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP.

Acreditamos assim que o desafio maior da Comunidade residirá em saber lançar as pontes do diálogo e da cooperação construtiva num mundo que parece desabar à nossa frente (quase como uma fatalidade) e que temos a obrigação moral de reerguer em cada acção, em cada iniciativa em cada quadro da cooperação para a segurança e para o desenvolvimento.

Neste contexto, a Comunidade pode e deve afirmar-se desenvolvendo capacidades no multilateralismo cooperativo tornando-se cada vez mais uma alternativa num mundo global em que o elemento securitário assume cada vez mais e maior importância. Por isso, equacionamos uma cooperação multilateral sustentada em toda a bacia atlântica, em especial o Atlântico Sul. Mas não a podemos compartimentar. Pois, como refere o professor Adriano Moreira e que concordamos, “...sem segurança não há condições de desenvolvimento e sem desenvolvimento não poderá haver segurança...”.

O construtivismo cooperativo tem algo a ver com o poder brando (*soft power*) dos Estados que desenvolvem capacidades de liderança regional e na nossa óptica deve ser a meta conceptual para afirmar a CPLP neste campo da defesa, contribuindo para impulsionar capacidades nos Estados membros nas áreas da formação, da partilha de informação e do desenvolvimento tecnológico, entre outros. Pelo que julgamos adequado dizer que não faltarão áreas onde essa interacção bilateral e multilateral multidisciplinar será prioritária à luz da natureza de cada ameaça ou desafio. A questão que se coloca no futuro aos políticos e académicos é saber se a CPLP tem esta capacidade?

Na verdade, se estamos a pôr a pergunta é porque ela já contém uma resposta e não é propriamente a de um sonho sempre adiado, embora o pareça até agora, por circunstâncias que se prendem não só com a dispersão geográfica, a inserção regional de cada Estado-membro e respectivos compromissos, mas também com as vicissitudes internas próprias de dinâmicas políticas e de segurança e defesa globais. Daí que resulte uma percepção de um caminho mais lento do que aquele que seria de esperar.

Não deixa de ser curioso, tal como refere o ditado popular, que “..Roma e Pavia não se fizeram num dia...”. Mas o que se torna por vezes desconcertante são algumas exigências de celeridade relativamente às iniciativas e ao alcance dos patamares de desenvolvimento sustentado no seio da Comunidade, atendendo à diversidade e desigualdade dos níveis de desenvolvimento político, económico e social de cada Estado membro e à própria jovialidade da organização. Brevemente cumprir-se-ão vinte anos da sua existência. E a este propósito, será oportuno realçarmos alguns elementos fundamentais que poderão contribuir para as linhas de acção e visão político-estratégica da CPLP na próxima década, a saber: a necessidade de aprofundar a cooperação em todos os sectores, respeitadas as legislações e a soberania de cada Estado membro;

apostar na educação global, na formação de quadros, na interacção de diferentes níveis e estruturas de forma a criar uma teia integrada de acções cooperativas multilaterais, respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento dos Países integrantes; incentivar a criatividade das novas gerações nas áreas da investigação científica e tecnológica e dos recursos marinhos contribuindo para que cada Estado membro diminua as faixas de dependências externas por forma a encorajar o desenvolvimento sustentável; Apostar no planeamento de recursos (geopolítica da energia e geoeconomia de mercados) através do que acima se refere quanto à partilha mútua e de interesse comum em prol do desenvolvimento das nossas comunidades e aprofundar a concertação político-diplomática de forma a projectar a imagem da comunidade no plano externo e nos fora internacionais.

A componente de Defesa dos Países da CPLP tem, pois, desde a sua criação em 1999, contribuído de uma forma positiva e construtiva para a arquitectura geral de segurança e defesa da Comunidade. Uma análise mais aprofundada, deixará a descoberto todo um conjunto de iniciativas, que apesar de discretas, têm constituído passos para uma consolidação e agora, (porque não?) visibilidade que se afigura importante, sobretudo numa conjuntura que exige de todos nós uma reflexão profunda à luz do que está a ser gerado na chamada “Nova Visão Estratégica da CPLP” saída das resoluções da Cimeira de Díli, em 2014.

É essencial a contribuição da componente de Defesa da Comunidade não só pelo carácter eminentemente construtivo e cooperativo, mas também pelo exemplo de coesão que os diferentes Órgãos desta componente de Defesa têm demonstrado, inclusive, em circunstâncias por vezes bem complexas. Seguindo estritamente o princípio da cooperação bilateral e multilateral entre parceiros soberanos e iguais no nível decisor da Comunidade, haverá que ter sempre presente que são muito mais as coisas que nos unem do que aquelas que nos separam. E estes aspectos estão bem evidenciados na Identidade da CPLP no Domínio da Defesa e, como vos disse, é orientador inclusive para uma cooperação atlântica aprofundada.

Esperemos também que não seja apenas mais um documento, porque a CPLP pode certamente orgulhar-se da sua componente de Defesa que tem agido, ao longo dos últimos 15 anos, com um espírito cooperativo, construtivo e gerador do aprofundamento

das relações entre todos os parceiros. Haja vontade política e empenho dos Estados membros.

Identidade da CPLP no domínio da Defesa

As identidades colectivas, em qualquer domínio considerado, assumem uma importância central; a sua afirmação dá sentido aos projectos comuns, promove a solidariedade entre membros e contribui para justificar a existência perante as comunidades. Quando emergentes das continuidades histórico-culturais e linguísticas, resultantes de uma decisão soberana de povos independentes e associadas ao domínio estratégico, as identidades contribuem para três funções primaciais: agregar, no sentido de mobilizar os diversos sistemas e entidades; clarificar, no sentido de identificar claramente os interesses a salvaguardar, as opções e as prioridades; e orientar, para proporcionar as necessárias directrizes gerais para o planeamento subsequente.

No quadro do referido anteriormente, a necessidade de uma identidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no domínio da defesa justifica-se pela afirmação dos interesses comuns no sector da defesa.

A CPLP tem assim uma matriz identitária que assenta nos laços históricos, nos traços culturais comuns, na geografia ribeirinha e marítima que molda e une os povos, nos valores semelhantes do humanismo e multiculturalismo e, fundamentalmente, no “território” cultural comum que é a língua portuguesa. A CPLP tem-se afirmado como um espaço internacional que tem como objectivos estratégicos a consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, bem como a valorização da progressiva afirmação internacional do conjunto desses países. É no quadro destes objectivos estratégicos que se encontram os valores essenciais, partilhados por todos os países da CPLP, que interessa segurar e proteger e os quais devem servir de suporte às bases conceptuais do protocolo de cooperação em defesa da CPLP e, conseqüentemente, à identidade da CPLP no domínio da defesa. Essa identidade deve assentar na afirmação e protecção de valores comuns e na maximização do enorme potencial da CPLP no domínio da cooperação no sector da defesa.

No âmbito desta identidade no domínio da defesa, importa abordar os conceitos de defesa e de segurança. Defesa é normalmente interpretada como o conjunto de medidas, principalmente de carácter militar, mas também políticas, económicas, sociais e culturais, que permitam reforçar as potencialidades de uma entidade e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todo o tipo de ameaças que, directa ou indirectamente, possam pôr em causa a sua segurança. Segurança pode ser entendida como uma condição a atingir, implicando a preservação dos valores centrais que uma entidade quer promover.

Ainda neste âmbito constata-se o alargamento do tradicional conceito de segurança. O conceito de segurança humana, oficialmente utilizado pela primeira vez num relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1994, diminui a ênfase sobre os territórios e acentua a atenção dada às populações. É um alargamento do conceito tradicional de segurança, centrado quase exclusivamente na vertente político-militar, e que tem vindo progressivamente a ser incorporado na documentação e prática estratégica das organizações internacionais, bem como em muitos, senão na totalidade, dos países da CPLP.

Contexto estratégico: as dinâmicas de insegurança e de segurança no espaço da CPLP

No espaço da CPLP identificam-se diversas dinâmicas de insegurança. Das várias ameaças com potencial para fazer perigar os interesses dos países da CPLP realçam-se o crime organizado transnacional, principalmente o associado ao tráfico de pessoas e de drogas; a disputa por recursos marinhos e energéticos, de que a pirataria assume uma forma mais inquietante; o crescente radicalismo religioso, com impactos mais preocupantes em África e na Europa; os conflitos regionais, como por exemplo nos Grandes Lagos, no Magrebe, ou na Europa de Leste; as ameaças cibernéticas; os riscos decorrentes da degradação ambiental e das alterações climáticas; e os problemas internos, de natureza social e/ou política, de cada um dos países da CPLP e que, sendo do seu domínio soberano, abrem diversas possibilidades de cooperação para uma mitigação mais eficiente e eficaz. Como corolário do conjunto destes desafios estas dinâmicas afiguram-se como muito complexas, exigindo abordagens e capacidades multissectoriais e, na maior parte das vezes, multilaterais.

No espaço da CPLP também se identificam diversas dinâmicas de segurança. Nos espaços geopolíticos a que os Estados Membros da CPLP pertencem constata-se a dinamização de diversas iniciativas no âmbito da segurança e defesa regional, tais como a Arquitectura de Paz e Segurança Africana da União Africana, ou o desenvolvimento da política comum de segurança e defesa da União Europeia (UE). Estas iniciativas têm um elevado potencial no campo da defesa, merecendo algumas delas o apoio financeiro, técnico e político de atores globais - como os EUA, a China, ou a UE. São apoios que materializam o crescente interesse dessas grandes potências no espaço onde os Estados Membros da CPLP se inserem, interesse que tem por base razões económicas, mas também estratégicas, face aos recursos aí existentes e à disputa pela influência nessas regiões.

No quadro destas dinâmicas também se constata o aumento das acções de cooperação bilateral, no domínio da defesa, entre os Estados Membros da CPLP. Este aumento da cooperação demonstra a mais-valia que esses países encontram na associação de uma cultura de traços comuns, assentes na lusofonia, com as actividades num domínio tão específico e sensível como a defesa.

É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria, ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP.

Dos valores comuns e dos interesses da CPLP no domínio da Defesa

No quadro da matriz idiossincrática sobre a qual se funda a CPLP há valores comuns que interessa proteger. Desde logo os valores culturais, merecendo a língua portuguesa um lugar de elevado destaque, pela sua função única na facilitação e aprofundamento de relacionamentos; mas também os humanistas e os da democracia, que na maior parte das situações tanto custaram a implementar e a cimentar. Paralelamente a estes valores, um ambiente seguro que propicie o desenvolvimento nos diversos países da CPLP é uma condição que importa alcançar e manter.

Além destes valores há naturalmente interesses comuns a salvaguardar. A concertação político-diplomática nos diversos fora internacionais é actualmente fundamental para a salvaguarda dos interesses dos países em variados domínios de actividade. O combate a ameaças complexas, no actual contexto estratégico, só é possível no quadro multilateral de acções internacionais; neste âmbito, a partilha de recursos e o desenvolvimento de capacidades em domínios como a tecnologia, o conhecimento ou as informações, afiguram-se como centrais. Outro aspecto que importa acautelar é a acomodação dos interesses nacionais de cada um dos Estados Membros no quadro multilateral da CPLP; é no equilíbrio entre os interesses nacionais e os multilaterais que se maximizam as vantagens de uma comunidade de países.

Do potencial da cooperação da CPLP no domínio da Defesa

A cooperação na CPLP, no domínio da defesa, tem um elevado potencial. Tradicionalmente, a cooperação multilateral neste domínio é uma actividade que cumpre eficazmente os seus objectivos. De entre as diversas razões para este facto realça-se a forma organizada e disciplinada como os militares desempenham normalmente as suas tarefas e se empenham no cumprimento das missões de formação ou operacionais que lhe são atribuídas. Estas tarefas têm sido desenvolvidas num quadro de sã camaradagem e trabalho em equipa, entre profissionais de um ou mais países, num ambiente cultural com muitos traços comuns, de onde se destaca a língua portuguesa. Este é um importante activo estratégico que está na base da identidade de defesa da CPLP e que interessa salvaguardar e incentivar. O sucesso das diversas iniciativas neste domínio, já realizadas ou em curso, demonstram bem o enorme potencial deste activo, contribuindo para que o sector da defesa seja um exemplo para a cooperação noutros domínios.

Os países da CPLP, no domínio da defesa, têm capacidades muito diversas e em patamares de desenvolvimento diferentes. Neste quadro, é possível identificar diversas vantagens na multilateralização da cooperação, das que se realçam, a possibilidade de criação de sinergias, o desenvolvimento partilhado de capacidades, e a oportunidade económica, a qual advém da possibilidade de negócios com mais do que um país. Além disso, como alguns dos desafios e ameaças identificados são comuns à grande maioria

dos Estados-membros, importa adoptar estratégias de cooperação internacional nos domínios da defesa, assentes na superação de desafios complexos.

O relacionamento de cada um dos países da CPLP com as organizações regionais onde está inserido é um factor importante na identidade de defesa da CPLP. Este relacionamento deve ser assumido na sua plenitude, permitindo diversas vantagens, das que se realçam: o acompanhamento das diversas dinâmicas regionais; o modelo organizacional; o alargamento das redes de relacionamentos; a divulgação das potencialidades da CPLP para actuar em contextos diversos; manter e afirmar o carácter universalista da CPLP.

A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no actual sistema internacional e da sua condição de factor de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo

A componente de defesa da CPLP deve representar um potencial de dissuasão. As novas ameaças, como o crime organizado associado às redes de tráfico de drogas e de pessoas, ou a pirataria, podem ser mais facilmente mitigados se se notar a presença de uma força de segurança ou militar em determinada área geográfica. Neste âmbito, a realização de exercícios multilaterais, a partilha de informações, ou a eventual coordenação de actividades associadas ao controlo de espaços soberanos, configuram estratégias de dissuasão com elevado potencial de eficácia.

A importância da formação e do ensino na afirmação de identidades é basilar, pois permite aprofundar ou cimentar valores comuns. A possibilidade de intercâmbios neste âmbito, com troca e partilha de conhecimentos e experiências, deve assumir pois um papel dinamizador na CPLP, promovendo iniciativas multilaterais no âmbito do ensino e da formação militar.

Dos pilares da identidade da CPLP no domínio da Defesa

No quadro do referido anteriormente e face ao contexto estratégico, pode-se resumir a identidade de defesa da CPLP aos seguintes pilares:

- a) O dos valores e interesses. São valores e interesses comuns, os quais interessa proteger e salvaguardar de forma permanente, os valores humanistas e os da democracia, bem como um ambiente seguro que propicie o desenvolvimento nos diversos países da CPLP.
- b) O da mobilização cooperativa. A existência de ameaças e desafios à segurança aos Estados Membros da CPLP aconselha à mobilização cooperativa de todos os países, no sentido de operacionalizar e otimizar eventuais respostas multilaterais a desafios complexos. Contudo, factores como constrangimentos orçamentais nalguns países ou a ténue capacitação militar noutros, obrigam a que a cooperação neste domínio seja ainda mais eficiente e mais eficaz. Para tal, entre outras possibilidades e caso desejável, parece útil desenvolver sinergias, formular objectivos e efectuar acções e actividades comuns, a avaliar caso a caso, num quadro complementar às dinâmicas regionais onde cada um dos Estados Membros da CPLP se insere.
- c) O da idiosincrasia da CPLP no domínio da defesa. A mais-valia que advém da participação dos diversos Estados-membros da CPLP em organizações internacionais regionais de naturezas distintas, a condição ribeirinha, uma matriz cultural comum e a harmonia e sucesso das acções de cooperação militar, permite delinear uma identidade própria neste domínio, com características únicas.
- d) O da centralidade do instrumento e da cooperação militar. Sendo certo que grande parte dos desafios de segurança que actualmente se colocam ao conjunto dos países da CPLP obrigam a respostas multidisciplinares, com o concurso de diversos instrumentos de poder, é fundamental a acção do instrumento militar. No actual contexto estratégico, a utilização do instrumento militar pode assumir diversas formas e funções, com as Forças Armadas a desempenharem missões de natureza muito diversa e em ambientes distintos, realçando-se a sua acção de dissuasão. As suas diversas capacidades conferem-lhe um tal carácter de flexibilidade estratégica que o tornam imprescindível face à multidimensionalidade e imprevisibilidade das ameaças atuais, mas igualmente, a uma panóplia enorme de situações internas e externas. A cooperação militar entre os países da CPLP, sendo o conjunto de actividades em que

se sustenta a identidade de defesa da CPLP, abrange todas as dimensões do sector da defesa em que os instrumentos militares possam ser desenvolvidos e empregues para salvaguarda dos valores e interesses da CPLP, com especial enfoque no domínio da cooperação técnico-militar e, em particular, no âmbito do ensino e formação militares.

Face ao anteriormente referido, pode-se afirmar que o potencial da CPLP no domínio da defesa é significativo. Contudo, para maximizar e rentabilizar todo este potencial em favor dos Estado Membros é necessário cimentar e afirmar uma identidade de defesa da CPLP, onde os ingredientes, dinâmicas e actividades atrás referidos estejam presentes, mas principalmente, onde haja vontade e empenhamento sincero dos diversos Estados-Membros. Além disso, é fundamental que esta identidade se materialize em acções concretas, enquadradas por um protocolo de cooperação ajustado, e que englobe as estruturas já criadas, as dinâmicas em curso e aquelas que se prevêem. Só assim faz sentido.

*Luís Manuel Brás Bernardino**

Pesquisador PhD no Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Lisboa (CEI-IUL)
Tenente-Coronel DEM Infantaria, Forças Armadas de Portugal